



Município de Ibirubá
Rio Grande do Sul

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

2017

RELATÓRIO DO ADMINISTRADOR SOBRE
SUAS CONTAS, ABRANGENDO AS METAS
FÍSICO-FINANCEIRAS PREVISTAS E AS
ALCANÇADAS NO EXERCÍCIO OU NA
GESTÃO EM EXAME

PREFEITO
Abel Grave

VICE-PREFEITO
Alberi Benhen

Janeiro, 2018



Município de Ibirubá
Rio Grande do Sul

RELATÓRIO **CIRCUNSTANCIADO** | **2017**

RELATÓRIO DO ADMINISTRADOR SOBRE
SUAS CONTAS, ABRANGENDO AS METAS
FÍSICO-FINANCEIRAS PREVISTAS E AS
ALCANÇADAS NO EXERCÍCIO OU NA
GESTÃO EM EXAME

PREFEITO

Abel Grave

VICE-PREFEITO

Alberi Benhen

Janeiro, 2018



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

MENSAGEM AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1. Obedecendo à Resolução nº 1.052, de 09 de dezembro de 2015, que dispõe sobre os documentos que deverão ser entregues ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, dentro dos prazos determinados, para exame dos processos de contas de governo, temos a satisfação de apresentar a Vossas Senhorias o RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ relativo ao exercício financeiro de 2017.
2. Os dados foram extraídos, principalmente, das informações gerenciais produzidas pelo Setor Contábil do Município, dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária do 6º Bimestre/2017 e 6º Bimestre/2016, dos Relatórios de Gestão Fiscal do 2º Semestre/2017 e 2º Semestre/2016, dos Relatórios de Validação e Encaminhamento-RVEs, gerados pelo Programa Autenticador de Dados-PAD, relativo aos exercícios 2016 e 2017.
3. Neste relatório são apresentadas informações relacionadas à elaboração e execução do orçamento, às aberturas de créditos adicionais, ao confronto entre os valores de receita previstos e realizados, ao resultado patrimonial, às despesas realizadas com ações e serviços públicos de saúde-ASPS, às despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino-MDE, à utilização dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica-FUNDEB, à situação da dívida consolidada do Município, à receita corrente líquida, aos gastos com pessoal e outras informações relevantes.

Atenciosamente,

ASSINADO NO ORIGINAL
ABEL GRAVE
Prefeito Municipal



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

Sumário

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	5
1.1 ORÇAMENTO.....	5
1.2. RECEITAS	5
1.3 DESPESAS	10
1.3.1 Alterações Orçamentárias Realizadas.....	10
1.3.2 Despesas da Administração Direta	11
1.3.3 Despesas do Poder Executivo	13
1.4 RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS	15
2 GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA.....	16
2.1 BALANÇO FINANCEIRO.....	16
2.2 BALANÇO PATRIMONIAL.....	17
2.3 DÍVIDA PÚBLICA	20
2.3.1 Dívida Fundada	20
2.3.2 Dívida Flutuante.....	23
2.3.3 Resultado Nominal.....	24
2.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	26
3. GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE.....	29
3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE	29
3.2 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.....	29
3.3 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPs.....	30
4. DESPESAS COM PESSOAL.....	32
5. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS	33



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1 ORÇAMENTO

A Lei Orçamentária Anual do exercício 2017 (Lei Municipal 2.689, de 22 de dezembro de 2016) estimou, **para administração direta**, a receita em **R\$ 68.000.000,00** e fixou a despesa em igual valor, sendo que deste montante, o valor de **R\$ 64.820.000,00** foi destinado ao Poder Executivo e **R\$ 3.180.000,00** ao Poder Legislativo, respeitando-se, assim, ao princípio do equilíbrio orçamentário.

Salienta-se que ao orçamento total do Município deve ser incluído o valor relativo ao orçamento do Instituto Municipal de Previdência e Assistência do Servidor Público de Ibirubá-IMPASI, que foi autorizado, pela referida Lei, no montante de **R\$ 13.400.000,00**. No entanto, as informações acerca execução orçamentária, financeira e patrimonial do IMPASI, por se tratar esse Instituto de autarquia legalmente instuída, com administração e contabilidade própria, não estão inseridas neste relatório.

1.2. RECEITAS

A receita efetivamente arrecadada no exercício foi de **R\$ 63.696.796,48**, verificando-se, portanto, uma arrecadação a menor de **R\$ 4.303.203,52** com relação à receita inicialmente prevista.

O comportamento da receita orçamentária do exercício em análise traduz-se no quadro abaixo:

QUADRO 1 – RECEITAS ARRECADADAS NO EXERCÍCIO 2017

DESCRIÇÃO DA CONTA	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	77.705.000,00	69.996.159,73	-7.708.840,27
Receita Tributária	11.914.680,00	11.412.781,02	-501.898,98



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

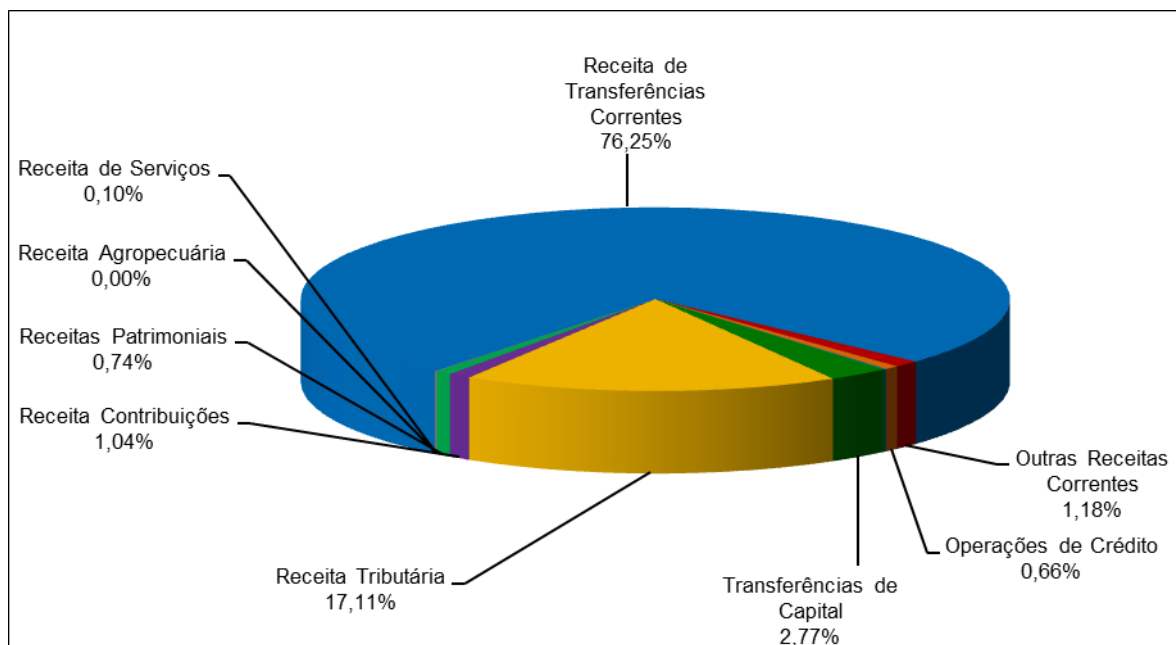
DESCRIÇÃO DA CONTA	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
Receita Contribuições	800.000,00	665.305,63	-134.694,37
Receitas Patrimoniais	465.000,00	468.515,53	3.515,53
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	219.000,00	63.204,02	-155.795,98
Receita de Transferências Correntes	63.461.320,00	56.632.901,49	-6.828.418,51
Outras Receitas Correntes	845.000,00	753.452,04	-91.547,96
RECEITAS DE CAPITAL	320.000,00	2.283.070,54	1.963.070,54
Operações de Crédito	0,00	420.797,09	420.797,09
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	20.000,00	97.000,00	77.000,00
Transferências de Capital	300.000,00	1.765.273,45	1.465.273,45
SUBTOTAL	78.025.000,00	72.279.230,27	-5.745.769,73
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	10.025.000,00	8.582.433,79	-1.442.566,21
(-) Dedução da receita tributária	903.000,00	516.727,59	-386.272,41
(-) Dedução da receita de transferências	9.122.000,00	8.062.737,70	-1.059.262,30
(-) Dedução da receita de capital	0,00	2.968,50	2.968,50
TOTAL	68.000.000,00	63.696.796,48	-4.303.203,52

As transferências correntes recebidas da União e do Estado, no montante líquido de **R\$ 48.570.163,79**, correspondem a **76,25%** do total arrecadado. As receitas tributárias, por sua vez, representam **17,11%** do total da receita arrecadada no exercício de 2017. A participação de cada fonte no total da receita do Município, **desconsiderando-se as deduções incidentes sobre eles de forma individual**, é verificada mais facilmente através do gráfico abaixo:



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

GRÁFICO 1 – COMPOSIÇÃO DA RECEITA ARRECADADA NO EXERCÍCIO DE 2017



O comportamento da receita realizada nos três últimos exercícios, destacando-se as receitas próprias, ou seja, aquelas que não foram originadas de transferências de outros entes para o Município, pode ser verificado a seguir:

QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DA RECEITA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2015 A 2017)

EXERCÍCIO	RECEITAS PRÓPRIAS (valor bruto)	RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS (valor bruto)	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	TOTAL DAS RECEITAS	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	RECEITA LÍQUIDA	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS
2015	11.429.383,90	50.548.979,31	0,00	61.978.363,21	8.011.871,08	53.966.492,13	
2016	13.607.413,17	57.922.881,46	1.573.982,00	71.530.294,63	8.932.928,04	62.597.366,59	15,99%
2017	13.881.055,33	58.398.174,94	420.797,09	72.279.230,27	8.582.433,79	63.696.796,48	1,76%

1 Valor das transferências correntes e de capital, não sendo consideradas as deduções ocorridas.

2 Valor total das receitas, não consideradas as deduções ocorridas.

Analisando o quadro acima, pode-se identificar elevação, ainda que contida, na participação das receitas próprias em comparação com o total da receita arrecadada,



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

conforme já verificado nos exercícios de 2015 e 2016. Isso se deve, essencialmente, à frustração na arrecadação das receitas de transferências, especialmente da cota-parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e da participação do Município no FPM (Fundo de Participação dos Municípios), o que pode ser atribuído à diminuição da atividade econômica no País em decorrência da crise iniciada a partir do ano 2014, gerando uma maior representatividade às demais fontes de receitas sobre o total da arrecadação.

1.2.1 Frustração na arrecadação

Conforme exposto anteriormente, no exercício 2017 o Município de Ibirubá, assim com a maioria dos municípios brasileiros, enfrentou problemas com a escassez de recursos. A receita arrecadada no exercício foi inferior à previsão constante na Lei orçamentária, produzindo uma **frustração de R\$ 4.303.203,52**. Algumas das principais receitas do Município foram afetadas e suas arrecadações foram bastante inferiores à expectativa traçada no orçamento, conforme pode ser visualizado a seguir:

QUADRO 3 – FRUSTRAÇÃO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO 2017 – ALGUMAS RECEITAS

RECEITA	PREVISÃO NO ORÇAMENTO	RECEITA ARRECADADA	FRUSTRAÇÃO
ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis	1.500.000,00	1.152.973,09	347.026,91
Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública	800.000,00	665.305,63	134.694,37
Serviços de Inscrição em Concurso Público ¹	130.000,00	13.390,00	116.610,00
Cota-Parte do FPM (Fundo de Participação dos Municípios)	13.760.000,00	12.070.295,50	1.689.704,50
Cota-Parte do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)	20.080.000,00	18.122.085,67	1.957.914,33
Cota-Parte do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores)	3.200.000,00	2.672.332,53	527.667,47
TOTAL	39.470.000,00	34.696.382,42	4.773.617,58

¹ Na Lei Orçamentária Anual para o exercício 2017 havia previsão para realização de concurso público para diversos cargos no Município. No entanto, foram realizados apenas processos seletivos para contratações emergenciais, pois a Administração está realizando estudos sobre os cargos necessários e a possibilidade de seus provimentos considerando o difícil cenário financeiro atual. Com isso, a previsão da receita de Serviços de Inscrição em Concurso Público não se efetivou totalmente no exercício.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

No início do ano, já era esperado que o valor da receita prevista na LOA não seria arrecadado em sua totalidade. O Setor Contábil, responsável pela elaboração do orçamento e controle da execução orçamentária, justificou que a previsão de receita estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias, cuja elaboração deu-se em agosto de 2016, considerou uma taxa de inflação de aproximadamente 6,50% e que também considerou uma retomada do crescimento econômico de cerca de 1,00%.

Já em janeiro de 2017, diante da queda acentuada do índice de inflação e sem qualquer alteração significativa na situação econômica, o Setor estimou que a arrecadação não alcançaria R\$ 66 milhões. Em julho, durante a elaboração da LDO para o exercício de 2018, a previsão da receita foi reduzida para R\$ 64,5 milhões.

Diante dessa situação, a Administração passou a adotar medidas de controle sobre os gastos, visando adequar o nível da despesa às novas projeções da receita. Todos os esforços foram empreendidos para que não houvesse insuficiência de recursos financeiros, buscando honrar os compromissos da Administração junto aos fornecedores e, especialmente, manter a pontualidade dos pagamentos aos servidores municipais.

Todos esses esforços foram, contudo, incapazes de manter o fluxo de recursos do Município em nível suficiente para honrar tempestivamente todos os compromissos com fornecedores, especialmente prestadores de serviços de saúde e transporte escolar. Para que o montante de recursos necessários ao pagamento dos servidores relativos ao mês de dezembro e à parcela final do 13º salário fosse assegurado, houve pequena mora na quitação dos compromissos com aqueles credores.

No entanto, ao final do exercício de 2017, não havia pagamentos em atraso, considerando que as obrigações venceriam a partir de janeiro de 2018 e os recursos disponíveis em caixa eram capazes de dar cobertura a todas as obrigações do mês de dezembro. Assim, em que pese a queda de arrecadação verificada e toda a dificuldade



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

enfrentada, entendemos que a gestão financeira realizada pela Administração, diante de um ambiente político e econômico altamente instável e desfavorável, foi plenamente eficaz.

1.3 DESPESAS

1.3.1 Alterações Orçamentárias Realizadas

Inicialmente, a Lei Orçamentária Anual fixou as despesas do Poder Executivo em **R\$ 64.820.000,00**. Durante a execução orçamentária, algumas mudanças foram necessárias para que as ações programadas pudessem ser executadas de maneira efetiva.

Com a abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, resultantes de suplementações e aberturas de créditos especiais, os valores inicialmente programados foram modificados, como pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 4 – DESPESA AUTORIZADA NO EXERCÍCIO 2017 – PODER EXECUTIVO		
DESPESA FIXADA NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ⁽¹⁾	R\$	64.820.000,00
Créditos suplementares por superávit financeiro	R\$	1.539.961,88
Créditos suplementares por excesso de arrecadação	R\$	665.775,81
Créditos suplementares por redução de verba	R\$	5.680.564,43
Créditos suplementares por operação de crédito	R\$	0,00
Créditos suplementares por auxílios e convênios	R\$	1.023.633,00
Créditos especiais por operação de crédito	R\$	0,00
(-) Reduções Orçamentárias	R\$	5.130.564,43
Valor agregado ao orçamento a partir das alterações orçamentárias realizadas	R\$	3.779.370,69
TOTAL DESPESA AUTORIZADA	R\$	68.599.370,69

¹ A diferença existente entre os créditos suplementados por redução de verba e as reduções orçamentárias realizadas (R\$ 550.000,00), corresponde a créditos reduzidos no orçamento do Poder Legislativo e suplementados no Poder Executivo, resultado de parte da economia orçamentária verificada naquele órgão. Tal operação foi autorizada pela Lei Municipal 2.730, de 11 de outubro de 2017.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

No decorrer do exercício examinado, foram autorizados créditos adicionais, que somaram **R\$ 8.909.935,12**, utilizando-se os recursos abaixo discriminados, em conformidade com o art. 43 da Lei 4.320/1964:

QUADRO 5 – ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS NO EXERCÍCIO 2017 – PODER EXECUTIVO

Créditos suplementares por superávit financeiro	R\$	1.539.961,88
Créditos suplementares por excesso de arrecadação	R\$	665.775,81
Créditos suplementares por redução de verba	R\$	5.680.564,43
Créditos suplementares por operação de crédito	R\$	0,00
Créditos suplementares por auxílios e convênios (excesso de arrecadação)	R\$	1.023.633,00
Créditos especiais por operação de crédito		0,00
TOTAL DOS CRÉDITOS ABERTOS NO EXERCÍCIO	R\$	8.909.935,12

1.3.2 Despesas do Poder Executivo

A despesa orçamentária inicialmente autorizada em Lei, para a Administração Direta, foi de **R\$ 68.000.000,00**. Ao Poder Executivo, a despesa autorizada foi de **R\$ 64.820.000,00** e ao Legislativo, **R\$ 3.180.000,00**.

Considerando-se a despesa realizada (despesa liquidada) por ambos os Poderes da Administração Direta, esta alcançou a cifra de **R\$ 62.544.582,86**. Deste valor, **R\$ 2.104.191,46** correspondem a despesas realizadas pelo Poder Legislativo.

A execução da despesa pelo Poder Executivo, por seu turno, somou **R\$ 60.440.391,40**, conforme informações dispostas no quadro a seguir:

QUADRO 6 – DESPESAS REALIZADAS NO EXERCÍCIO 2017 – PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	AUTORIZADA (dotação atualizada)	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADA	DIFERENÇA ENTRE A DESPESA AUTORIZADA E EMPENHADA	% DO GRUPO DE DESPESA SOBRE O TOTAL
DESPESAS CORRENTES	63.239.573,37	57.921.687,65	57.325.215,87	5.317.885,72	94,05%
Pessoal e Encargos Sociais	31.993.197,16	29.841.659,99	29.841.659,99	2.151.537,17	48,45%



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

Juros e Encargos da dívida	380.000,00	247.071,74	247.071,74	132.928,26	0,40%
Outras Despesas Correntes	30.866.376,21	27.832.955,92	27.236.484,14	3.033.420,29	45,19%
DESPESAS DE CAPITAL	5.359.797,32	3.666.217,63	3.115.175,53	1.693.579,69	5,95%
Investimentos	4.503.297,32	2.922.999,07	2.371.956,97	1.580.298,25	4,75%
Inversões Financeiras	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00%
Amortização de Dívida	831.500,00	743.218,56	743.218,56	88.281,44	1,21%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	68.599.370,69	61.587.905,28	60.440.391,40	7.011.465,41	100,00%

1 A despesa autorizada é o resultado do valor constante no orçamento e as variação decorrentes de reduções e suplementações realizadas através de créditos adicionais especiais e suplementares.

Analisando a despesa empenhada, verifica-se que a maior concentração de comprometimento orçamentário está no grupo das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, seguido de Outras Despesas Correntes, que representam **48,05%** e **45,19%**, respectivamente, do total das despesas empenhadas no exercício. Os investimentos realizados, incluindo obras e aquisição de equipamentos e materiais permanentes, somam **R\$ 2.922.999,07**, o que representa **4,75%** do total das despesas empenhadas no exercício de 2017.

O comportamento da despesa empenhada pelo Poder Executivo nos três últimos exercícios, classificadas de acordo com a categoria econômica, é apresentado a seguir:

QUADRO 7 – EVOLUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECÔNOMICA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2015 A 2017) – PODER EXECUTIVO

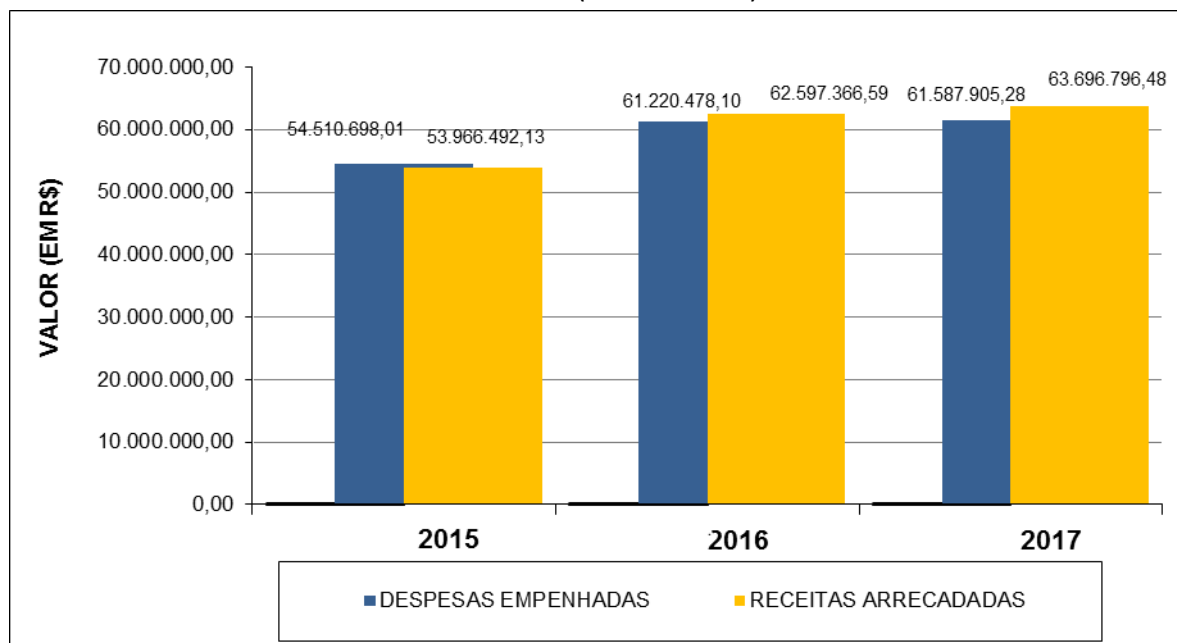
EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS				EVOLUÇÃO DAS DESPESAS
	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	TOTAL DAS DESPESAS	
2015	43.417.756,74	7.394.790,34	3.698.150,93	54.510.698,01	
2016	50.659.538,25	5.966.460,49	4.594.479,36	61.220.478,10	12,31%
2017	53.270.167,14	3.666.217,63	4.651.520,51	61.587.905,28	0,60%

O comportamento das receitas e despesas no período de 2015 a 2017 pode ser verificado através do gráfico abaixo:



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

GRÁFICO 2 – COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA E DA DESPESA EMPENHADA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS (2015 A 2017) – PODER EXECUTIVO



Com base nos dados expostos acima, verifica-se que nos últimos três exercícios (2015 a 2017), a receita do Município cresceu **18,03%** passando de **R\$ 53.966.492,13** no ano de 2015 para **R\$ 63.696.796,48**. A variação da despesa empenhada no mesmo período foi de **12,98%**, passando de **R\$ 54.510.698,01** para **R\$ 61.587.905,28**.

Importante destacar, com relação à receita arrecadada, que a variação verificada na comparação dos exercícios 2016 e 2017 é de apenas **1,76%**. Para manter o equilíbrio orçamentário, a despesa foi contingenciada e fez uma variação de **0,60%** no mesmo período.

1.3.3 Grau de execução das despesas

Com relação à execução da despesa, considerando-se as alterações ocorridas, verifica-se que foi liquidado, pelo Poder Executivo, **R\$ 60.440.391,40**, representando **88,11%**



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

do total da despesa autorizada. O grau de execução da despesa, pelo Poder Executivo, pode ser visualizado no quadro abaixo:

QUADRO 8 – UTILIZAÇÃO DA DESPESA AUTORIZADA 2017 – PODER EXECUTIVO

Grupo de Despesa		Dotação Atualizada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	% de Execução da Despesa
Pessoal e Encargos	R\$	31.993.197,16	29.841.659,99	29.841.659,99	93,28%
Juros e Amortização da Dívida	R\$	380.000,00	247.071,74	247.071,74	65,02%
Outras Despesas Correntes	R\$	30.866.376,21	27.832.955,92	27.236.484,14	88,24%
Investimentos	R\$	4.503.297,32	2.922.999,07	2.371.956,97	52,67%
Inversões Financeiras	R\$	25.000,00	0,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	R\$	831.500,00	743.218,56	743.218,56	89,38%
TOTAL	R\$	68.599.370,69	61.587.905,28	60.440.391,40	88,11%

Observa-se que os investimentos tiveram o menor grau de execução (liquidação da despesa) comparado com a despesa autorizada. Isso se deve, especialmente, ao fato de que os serviços relacionados à execução de obras se prolongam durante e após o término de um exercício. Ou seja, existe a contratação e o serviço está sendo executado pela empresa responsável pela obra, no entanto essa execução ainda não atingiu as etapas definidas no cronograma físico e, por esse motivo, ainda não foi medida pelo Setor de Engenharia do Município e, conseqüentemente, não houve a liquidação contábil da despesa.

Também, verifica-se no demonstrativo que o grupo com maior grau de execução é o de despesas com pessoal e encargos, o qual atingiu execução de **93,28%**. Essa situação evidencia que as despesas com pessoal são de difícil contingenciamento e, conforme demonstrado no quadro 5, representam 48,45% das despesas do Poder Executivo. Assim, relacionando-se os dois índices, pode-se ter ideia da dimensão do problema de contingenciar despesas de forma efetiva no Município em situações desfavoráveis, como esta vivenciada no ano de 2017.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

1.4 RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS

O objetivo de confrontar as despesas e receitas primárias realizadas pelo Município é avaliar a necessidade de medidas adicionais para o cumprimento da meta estabelecida no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Em verdade, a verificação deve ser feita de forma bimestral e, caso observado que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, deverá ser promovida limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela própria LDO.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Ibirubá fixou como meta de resultado primário da **Administração Direta**, para o exercício de 2017, o montante de **R\$ 1.025.000,00**. O resultado obtido no período foi de **R\$ 384.501,76**, ou seja, a meta estabelecida não foi totalmente alcançada.

Conforme pode ser verificado nas informações relativas às receitas arrecadadas, houve frustração em algumas fontes, especialmente àquelas relacionadas com transferências de impostos (FPM e ICMS). Entendemos que caso a previsão inicial não fosse afetada pela permanência da crise econômica, o resultado poderia ser alcançado com certa facilidade.

Também é necessário destacar que, apesar do não atingimento da meta do resultado primário, as dívidas resultantes de operações de crédito e parcelamentos estão sendo quitadas de forma regular, sem nenhum atraso verificado no período. Isso porque, além da utilização de receitas não primárias para pagamento dos serviços da dívida (receitas patrimoniais de aplicações financeiras, por exemplo), havia recursos de superávit financeiro à disposição, os quais serviram para equilibrar o fluxo financeiro e possibilitar o pagamento das obrigações do Município.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

2 GESTÃO FINANCEIRA E ECONÔMICA

2.1 BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro constitui-se em peça básica para demonstração da gestão das disponibilidades financeiras desenvolvida ao longo de um período, uma vez que evidencia os movimentos de caixas e equivalentes de caixa resultantes das operações de receita e despesa orçamentária e das operações que por sua natureza independem da autorização legislativa para movimentação (operações extraorçamentárias), além dos saldos existentes no início e no final do exercício.

Através desse demonstrativo, é possível apurar o resultado financeiro do exercício, ou seja, pode-se verificar o aumento ou diminuição das disponibilidades de caixa em um determinado período. O resultado financeiro positivo pode ser um indicador de equilíbrio na gestão das contas públicas. Contudo, conforme aponta o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP (6ª Edição), deve-se ter claro que uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, pois pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público. Da mesma forma, a variação negativa não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode decorrer de uma redução no endividamento. Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

As operações financeiras, resultantes e independentes da execução orçamentária, processaram-se conforme o demonstrativo resumido a seguir:



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

QUADRO 9 – RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS NOS EXERCÍCIO DE 2016 E 2017
– PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.957.327,55	3.492.707,12
INGRESSOS DE RECURSOS	70.758.707,97	69.226.408,41
Receita Orçamentária	63.696.796,48	62.597.366,59
Receita Extra-Orçamentária	7.061.911,49	6.629.041,82
DISPÊNDIOS REALIZADOS	70.086.364,99	68.761.787,98
Despesa Paga no Exercício	58.216.996,23	58.188.095,65
Pagamento de Restos a Pagar	3.013.143,66	2.078.922,09
Despesas Extraorçamentárias	6.752.033,64	6.569.830,85
Repasse Financeiros Concedidos (Câmara de Vereadores)	2.104.191,46	1.924.939,39
SALDO NO FINAL DO EXERCÍCIO	4.629.670,53	3.957.327,55
COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES EM 31/12	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
RECURSO LIVRE	1.048.594,94	1.277.905,06
RECURSOS VINCULADOS	3.581.075,59	2.679.422,49
TOTAL	4.629.670,53	3.957.327,55

O saldo das disponibilidades financeiras registrado em 31/12/2017, de **R\$ 4.629.670,53** acima detalhado, confere com o constante no ativo disponível do Balanço Patrimonial, levantado na mesma data, evidenciando a consistência dos dados.

2.2 BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial deve expressar, qualitativa e quantitativamente, o patrimônio do Município, demonstrando a situação dos bens, direitos e obrigações em determinado momento, considerando a origem e a aplicação dos recursos à disposição da Fazenda Pública Municipal.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

A situação do patrimônio do Município, extraída do Balanço Patrimonial, está resumida no quadro a seguir:

QUADRO 10 – COMPOSIÇÃO PATRIMONIAL EM 31/12/2017 – PODER EXECUTIVO

CONTAS DO ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	7.875.658,34	7.014.935,74
Caixa e equivalentes de caixa	4.629.670,53	3.957.327,55
Créditos a curto prazo	2.658.671,52	2.395.721,03
Demais créditos e valores a curto prazo	42.611,94	43.793,54
Investimentos e aplicações temporárias	0,00	0,00
Estoques	543.941,09	616.968,66
Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente	763,26	1.124,96
NÃO CIRCULANTE	32.521.888,77	28.429.206,89
Realizável a longo prazo	411.853,63	421.410,38
Investimentos	417.299,82	296.216,57
Imobilizado	31.692.068,65	27.710.079,94
Bens Móveis	10.487.283,44	9.677.105,55
Bens Imóveis	24.238.820,64	20.363.412,67
(-) Depreciação acumulada	-3.034.035,43	-2.330.438,28
Intangível	666,67	1.500,00
TOTAL DO ATIVO	40.397.547,11	35.444.142,63

CONTAS DO PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	6.094.082,11	5.504.336,21
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	2.147.959,07	2.038.838,20
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	624.827,28	500.036,64
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	2.286.900,29	1.888.875,51
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00	13.266,72
Provisões a curto prazo	295.452,88	633.448,00
Demais obrigações a curto prazo	738.942,59	429.871,14
Consignações	593.691,18	324.603,30



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

Depósitos judiciais	262,05	1.007,05
Cauções e garantias	144.989,36	104.260,79
NÃO CIRCULANTE	2.469.283,13	2.896.295,95
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	1.245.058,05	1.468.040,80
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	1.224.225,08	1.428.255,15
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	8.563.365,24	8.400.632,16
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
Patrimônio social	19.094.982,94	19.094.982,94
Ajuste de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Resultados acumulados	12.739.198,93	7.948.527,53
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.834.181,87	27.043.510,47
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	40.397.547,11	35.444.142,63

A análise do Balanço Patrimonial permite algumas verificações. Primeiramente, identifica-se uma variação proporcional entre os valores dos grupos ativo circulante e passivo circulante registrados nos exercícios de 2016 e 2017, o que possibilita a conclusão de que, no curto prazo, a liquidez corrente não sofreu grande modificação.

É necessário destacar o aumento das obrigações exigíveis no curto prazo (10,71%) impulsionadas, principalmente, pela inscrição de restos a pagar processados em volume maior do que havia sido inscrito no exercício de 2016. Isso é consequência do fato de que o Município não pode realizar algumas antecipações de pagamentos, como ocorria de forma sistemática nos exercícios anteriores. Sem o pagamento, mas já liquidadas, essas despesas



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

foram inscritas, em 31 de dezembro, em restos a pagar processados, contribuindo para a variação do passivo circulante.

2.3 DÍVIDA PÚBLICA

2.3.1 Dívida Fundada

A dívida fundada compreende compromissos contraídos para realização de obras, através de financiamentos de longo prazo, bem como obrigações com precatórios judiciais, parcelamentos de obrigações fiscais, como débitos com a previdência e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP, de exigibilidade superior a doze meses. Em 31/12/2017, o somatório dessas dívidas foi de **R\$ 3.401.193,88**, conforme o quadro demonstrativo abaixo:

QUADRO 11 – DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO DA DÍVIDA CONSOLIDADA 2017

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	(+) NOVAS DÍVIDAS CONTRAÍDAS NO EXERCÍCIO	(-) AMORTIZAÇÕES NO EXERCÍCIO	SALDO EM 31/12/2017
PARCELAMENTO INSS 240 MESES ¹	1.731.558,20	0,00	179.416,68	1.552.141,52
PARCELAMENTO INSS 60 MESES ²	50.559,47	0,00	50.559,47	0,00
PARCELAMENTO PASEP 130 MESES	13.266,72	0,00	13.266,72	0,00
PARCELAMENTO PASEP 120 MESES	0,00	0,00	0,00	0,00
FINANCIAMENTO BADESUL 48 MESES (2013)	374.999,91	0,00	249.999,96	124.999,95
FINANCIAMENTO BADESUL 48 MESES (2015)	979.309,88	0,00	250.036,56	729.273,32
FINANCIAMENTO BRDE 78 MESES (2016)	573.982,00	337.995,12	0,00	911.977,12
PRECATÓRIOS A PAGAR ³	786.645,58	0,00	786.645,58	0,00
AQUISIÇÃO FINANCIADA COPREL ⁴	0,00	82.801,97	0,00	82.801,97
TOTAL	4.510.321,76	420.797,09	1.529.924,97	3.401.193,88

¹ Não há, atualmente, informações precisas sobre o montante da dívida relativa ao INSS e parcelada junto à Receita Federal do Brasil. Para maiores informações, ler parágrafos seguintes (após as observações deste quadro).



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

² O montante da dívida “INSS 60 MESES” junto à Receita Federal do Brasil foi incluído em novo parcelamento (Lei Federal 13.485, de 02 de outubro de 2017). Para maiores informações, ler parágrafos seguintes (após as observações deste quadro).

³ A amortização do precatório, realizada em 27 de abril de 2017, ocorreu no valor de R\$ 646.948,83. O Setor Contábil, ao registrar o débito em 2016, atualizou o valor da obrigação até 31/12/2016. No entanto, já havia acordo de pagamento fixando os valores a serem quitados em 2016 e 2017, sobre os quais não haveria atualização ou incidência de qualquer encargo. Houve, então, um ajuste contábil de R\$ 139.696,75, representando uma desincorporação de passivo, registrado em 25 de abril de 2017.

⁴ Trata-se de aquisição de rede de internet, junto à COPREL TELECOM LTDA (CNPJ 12.388.471/0001-06) cujo pagamento foi parcelado em 12 vezes (1+11). Conforme Pregão Presencial PMI 047/2017 e Contrato 180/2017.

Considerando a receita corrente líquida do Município, apurada conforme metodologia estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, que foi de **R\$ 59.577.147,87** em 2016 e **R\$ 61.416.694,44** em 2017, a dívida consolidada representou, nos mesmos exercícios, **7,57 e 5,54%**, apresentando uma redução de 2,03% no período.

É necessário destacar, com relação ao parcelamento denominado no quadro acima como “PARCELAMENTO INSS 240 MESES”, que o Setor Contábil não possui informações fidedignas relativas ao valor amortizado e a amortizar. Em abril, a Receita Federal do Brasil consolidou os dados desse débito e disponibilizou informações sobre o valor devido. No entanto, em outubro, o Município aderiu a um novo parcelamento da dívida previdenciária, nos termos da Lei Federal 13.485, de 02 de outubro de 2017, inclusive incluindo o “PARCELAMENTO INSS 60 MESES” na renegociação. Em virtude dessa nova consolidação, o valor total da dívida e sua segregação em parcela amortizável e parcela de juros e encargos não é conhecido.

Essa nova adesão ao parcelamento dos débitos previdenciários foi fortemente aconselhada pelas associações de municípios, como a FAMURS e a CNM. Estima-se que a redução do valor devido, considerando os abatimentos em juros, multas e encargos trazidos pela Lei, seja de aproximadamente R\$ 800 mil. Essa redução foi estimada com base nos benefícios esposados no art. 2º da Lei 13.485, a seguir transcritos:

Art. 2º Os débitos a que se refere o art. 1º desta Lei poderão ser quitados, no âmbito de cada órgão, mediante:



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

I - o pagamento à vista e em espécie de 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) do valor total da dívida consolidada, sem reduções, em até seis parcelas iguais e sucessivas, vencíveis entre julho e dezembro de 2017; e

II - o pagamento do restante da dívida consolidada em **até cento e noventa e quatro parcelas**, vencíveis a partir de janeiro de 2018, **com reduções** de:

a) 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício e isoladas e dos encargos legais e de 25% (vinte e cinco por cento) dos honorários advocatícios; e

b) 80% (oitenta por cento) dos juros de mora.

A partir de janeiro de 2018, e até que a Receita Federal do Brasil realize a nova consolidação dos débitos, o Município pagará, a título de antecipação de pagamento, 0,5% de sua receita corrente líquida, em parcelas mensais. Em janeiro/2018, o valor da parcela, que será debitada automaticamente na transferência do Fundo de Participação dos Municípios-FPM, é de **R\$ 24.823,81**, com base na receita corrente líquida de 2016. A partir de abril/2018, a parcela passará ao valor de **R\$ 25.590,29**, calculado considerando-se a receita de 2017. No total do exercício **2018**, caso não haja a consolidação das informações e o cálculo da parcela permaneça sendo realizado com base na RCL, o montante dos pagamentos será de **R\$ 304.784,04**. Este valor será considerado, em sua integralidade, como amortização da dívida. Entretanto, é possível que quando as informações acerca do parcelamento forem disponibilizadas pela Receita Federal do Brasil, sejam necessários ajustes no saldo da dívida.

Assim como o parcelamento da dívida previdenciária, todos os demais parcelamentos têm sido pagos regularmente na data de seus respectivos vencimentos e nos montantes estipulados contratualmente, não tendo sido registrados atrasos ou outras ocorrências que pudessem comprometer a gestão da dívida do Município.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

2.3.2 Dívida Flutuante

A dívida flutuante compreende os restos a pagar, excluídos os serviços de dívida, os serviços de dívidas a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria, compreendendo, em regra, todos os compromissos exigíveis em prazo inferior a 12 meses.

Ao final do exercício de 2017, o montante da dívida flutuante do Município, apurada conforme disposto na Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, somou **R\$ 3.025.842,88**, detalhada conforme o quadro abaixo:

QUADRO 12 – DEMONSTRATIVO DAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO 2017 – PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	INSCRIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 31/12/2017
Restos a pagar processados 2015	36.014,88	0,00	36.014,88	0,00
Restos a pagar processados 2016	1.066.215,05	0,00	1.066.215,05	0,00
Restos a pagar processados 2017	0,00	2.286.900,29	0,00	2.286.900,29
Consignações	324.603,30	6.725.279,95	6.456.192,07	593.691,18
Cauções	104.260,79	43.023,36	2.294,79	144.989,36
Depósitos Judiciais	1.007,05	12.017,11	12.762,11	262,05
Aquisição parcelada de Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.532.101,07	9.067.220,71	7.573.478,90	3.025.842,88

O comportamento das obrigações da dívida flutuante, no exercício de 2017, pode ser resumido conforme o quadro a seguir:

QUADRO 13 – RESUMO DO MOVIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO NO EXERCÍCIO DE 2017 – PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	VALOR
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.532.101,07
(+)Nova Formação da Dívida	9.067.220,71



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

(-)Amortização no Exercício	7.573.478,90
(=)SALDO ATUAL DA DÍVIDA	3.025.842,88

Indispensável à análise da dívida flutuante é observar o aumento de seu valor (97,50%) entre 2016 e 2017. Isso se deve ao fato de que o Município enfrentou dificuldades para manter regular o fluxo de entradas e saídas de recursos e realizar antecipações de pagamentos como ocorridas nos anos anteriores.

Essa dificuldade reflete-se sobre as inscrições de restos a pagar processados em volume superior ao do exercício anterior e, também, em consignações que não foram quitadas até o término do exercício e permaneceram como obrigações para o ano de 2018.

Contudo, é necessário destacar que tais débitos e compromissos não estavam vencidos em 31 de dezembro de 2017. Seus pagamentos ocorrerão de forma regular durante o mês de janeiro/2018, já que para isso há disponibilidade de recursos no caixa do Município. O que ocorreu, tão somente, foi a impossibilidade de antecipar pagamentos ainda não vencidos como vinha sendo realizado nos exercícios anteriores.

2.3.3 Resultado Nominal

O objetivo da verificação do Resultado Nominal, conforme explicita o Manual de Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN, é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida em determinado período. No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

A meta estabelecida na LDO relativa ao exercício de 2017, para o resultado nominal, era de **(-)R\$ 1.820.000,00**. Ou seja, pelas disposições das diretrizes orçamentárias para o



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

exercício, deveria ocorrer **diminuição da dívida fiscal líquida** no montante fixado na referida Lei. Essa redução foi prevista em virtude da de não haver operações de crédito contratadas. Também, porque se previa que, em decorrência de ser início de mandato e término de abrangência do Plano Plurianual 2014-2017, haveria maior volume de recursos em caixa ao final do exercício.

O resultado nominal pode ser verificado no quadro abaixo:

QUADRO 14 – RESULTADO NOMINAL NO EXERCÍCIO DE 2017 – PODER EXECUTIVO

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017	SALDO EM 31/12/2016
Dívida Consolidada	3.401.193,88	4.510.321,76
(-) Deduções	1.824.224,18	2.499.152,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.629.670,53	3.957.327,55
Créditos a Receber	220.396,53	73.925,58
(-) Restos a Pagar Processados	2.286.900,29	1.102.229,93
(-) Valores Restituíveis	738.942,59	429.871,14
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	1.576.969,70	2.011.169,70
RESULTADO NOMINAL	-434.200,00	

Com base nas informações apresentadas anteriormente, verificamos que o resultado nominal apurado foi de **(-)R\$ 434.200,00**. Esse valor significa que houve uma diminuição do montante da dívida fiscal líquida do Município, porém, abaixo da meta de resultado nominal fixado na LDO. O montante da dívida fiscal líquida passou de **R\$ 2.011.169,70** em 2016 para **R\$ 1.576.969,70** ao final do exercício 2017.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

2.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Conforme dispõe a Lei Federal 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público-MCASP, por sua vez, estabelece que o resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O resultado apurado neste demonstrativo é levado ao Balanço Patrimonial, onde afetará a composição do Patrimônio Líquido, de forma positiva (casos as variações aumentativas sejam maiores que as variações diminutivas) ou negativa (quando as variações aumentativas são menores que as variações diminutivas).

De forma sintetizada, as variações patrimoniais quantitativas estão apresentadas no quadro a seguir:

QUADRO 15 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL 2017

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO %
Receitas Orçamentárias arrecadadas	63.696.796,48	62.597.366,59	1,76%
Despesas Orçamentárias liquidadas (Executivo e Legislativo)	62.544.582,86	61.179.250,09	2,23%
(=) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO EXERCÍCIO	1.152.213,62	1.418.116,50	-18,75%

DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	65.037.885,55	61.502.620,03	5,75%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	12.280.100,09	9.718.977,48	26,35%
Contribuições	712.795,54	715.522,41	-0,38%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	110.107,43	148.402,38	-25,80%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	576.432,33	1.162.733,18	-50,42%



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

Transferências e Delegações Recebidas	50.245.506,20	49.483.723,53	1,54%
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	937.798,97	46.047,27	1936,60%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	175.144,99	227.213,78	-22,92%
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	61.298.319,51	58.463.605,55	4,85%
Pessoal e Encargos	30.170.655,77	28.387.533,22	6,28%
Benefícios e Previdenciários e Assistenciais	83.160,86	87.732,41	-5,21%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	24.966.885,04	22.704.101,27	9,97%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	247.349,86	253.863,72	-2,57%
Transferências e Delegações Concedidas	4.773.170,26	4.674.521,36	2,11%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivo	420.615,55	1.575.327,18	-73,30%
Tributárias	563.642,03	540.320,45	4,32%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	72.840,14	240.205,94	-69,68%
(=) RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO	3.739.566,04	3.039.014,48	23,05%

1 Na despesa liquidada, para fins de apuração do resultado orçamentário, foram somadas às despesas do Poder Executivo aquelas realizadas pelo Poder Legislativo, que atingiram R\$ 2.104.191,46. Isso porque as despesas do Legislativo são financiadas com as receitas orçamentárias obtidas pelo Poder Executivo, que efetua repasses mensais (duodécimo) para que a Câmara desenvolva suas atividades.

O resultado orçamentário demonstrado acima evidencia que a arrecadação de receitas em 2017 foi suficiente para cobrir as despesas liquidadas dos Poderes Executivo e Legislativo. No entanto, para uma minuciosa análise do resultado obtido, deve ser desconsiderado o montante de receitas arrecadadas no exercício e que se referiam a valores inscritos em créditos a receber no exercício de 2016, utilizados, no atual exercício, para pagamento de restos a pagar não processados também daquele período. O valor recebido, em 2017, relativo a créditos inscritos em 2016, somou R\$ 1.269.480,55. Dessa forma, pode-se considerar que o resultado orçamentário “líquido” foi de **(-)R\$ 117.266,93**.

Com relação ao resultado patrimonial, inicialmente, é salutar destacar que a convergência da contabilidade pública aos padrões internacionais impôs novas técnicas para o registro das variações patrimoniais, como, por exemplo, a provisão para despesas trabalhistas (férias e 13º salário), provisões e ajustes para perdas prováveis na realização dos



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

ativos e a necessária evidenciação do valor dos bens móveis e imóveis do Município, que, até então, não haviam sido reavaliados e não vinham registrando as despesas com depreciação.

A convergência da contabilidade pública às normas internacionais aproximou os seus mecanismos àqueles utilizados nas entidades privadas. Também, essa nova realidade fez com que a avaliação do patrimônio público pudesse ser realizada com base nas informações da contabilidade patrimonial, distanciando-se, nesse aspecto, do campo orçamentário.

No exercício de 2017, o Poder Executivo alcançou um resultado patrimonial de **R\$ 3.739.566,04**, o que significa que as variações aumentativas foram maiores que as variações diminutivas. Isso demonstra que o patrimônio público do Município foi aumentado através da realização de suas operações. Ao compararmos esse resultado patrimonial com o resultado obtido através da execução orçamentária, verificamos que existe considerável diferença. Tal fato decorre, especialmente, da realização de despesas de capital, às quais, em regra, representam despesas sob o ponto de vista orçamentário, mas, no campo patrimonial, não produzem uma variação diminutiva, sendo agregadas ao ativo imobilizado.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

3. GASTOS COM EDUCAÇÃO E SAÚDE

3.1 MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

Com relação aos gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, o Município dispendeu, no exercício de 2017, o valor de **R\$ 15.071.508,68**. As receitas resultantes de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, totalizaram, no mesmo exercício, **R\$ 51.718.385,73**. A partir desses valores, conclui-se que o Município investiu **29,14%** das receitas de impostos arrecadadas no exercício em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, atendendo ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal que determina uma aplicação de, no mínimo, 25,00%, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

QUADRO 16 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – MDE EM 2017

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receita de Impostos e Transferências	51.718.385,73
Total das Despesas Liquidadas no Órgão 06 – Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, <u>na Função 12 - Educação</u>	17.596.857,59
(-) Plus do FUNDEB	1.120.006,46
(-) Receitas de Aplicações Financeiras do FUNDEB/MDE	26.501,27
(-) Despesas em educação com recursos de transferências	1.361.837,38
(-) Despesas em educação com recursos livres (não considerados MDE)	17.003,80
(=) Valor Total Aplicado	15.071.508,68
Mínimo de 25% das Receitas Resultantes de Impostos em MDE (valor em %)	29,14%
Valor Aplicado Superior ao Valor Mínimo	2.141.912,25



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

3.2 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

Quanto ao cumprimento da Lei Federal 11.494, de 20 de junho de 2007, em vigor desde janeiro de 2008, referente à aplicação de parcela não inferior a 60,00% dos recursos recebidos do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, no exercício de 2017, verificou-se a aplicação de **63,26%**, conforme demonstrativo a seguir:

QUADRO 17 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECEITAS DO FUNDEB EM PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO EM 2017

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Receita recebida do FUNDEB (inclusive rendimento de aplicação)	9.307.000,13
Pagamentos dos profissionais do Magistério	5.887.520,02
% FUNDEB PARA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO	63,26%
Valor Aplicado Superior ao Valor Mínimo	303.319,94

3.3 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - ASPS

O Município realizou gastos computáveis como ações e serviços públicos de saúde - ASPS, no valor de **R\$ 11.630.554,22**, montante que confrontado com a receita da arrecadação de impostos municipais e das transferências constitucionais, impõe um índice de aplicação de **22,49%**, no exercício de 2017.



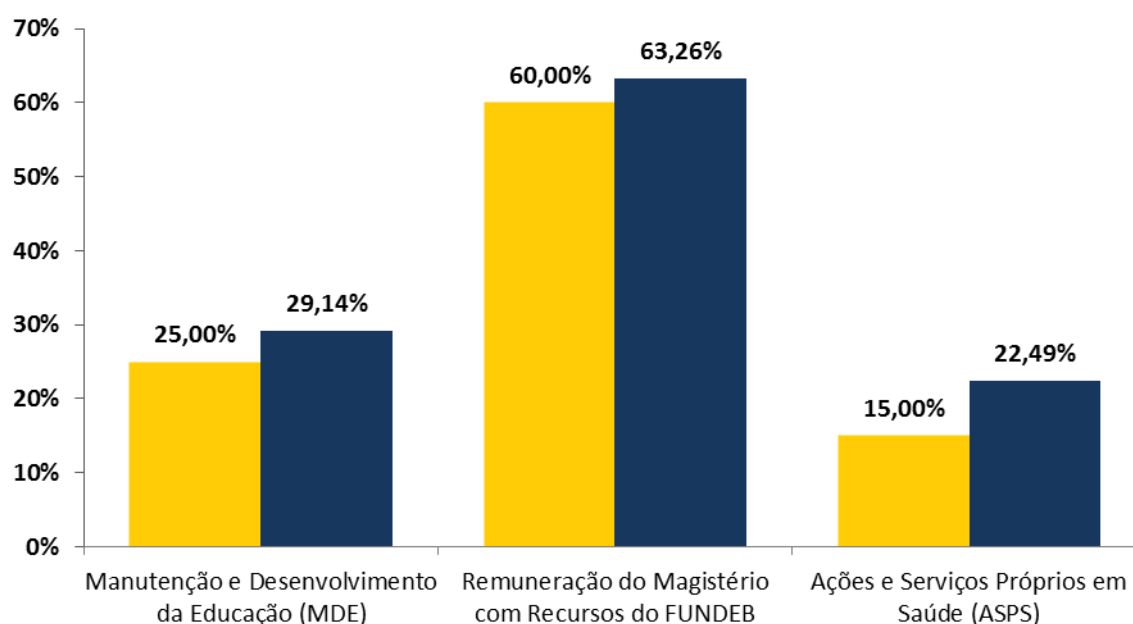
RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

QUADRO 18 – DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE – ASPS EM 2017

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Total das Receitas de Impostos	51.718.385,73
Valor Mínimo a Ser Aplicado em ASPS	7.757.757,86
DESPESAS REALIZADAS	
(+) Total das Despesas Liquidadas na Função 10 - Saúde	15.875.099,97
(-) Despesas em saúde financiadas com outros recursos	4.072.259,53
(-) Despesas em saúde não computadas para o cálculo de ASPS (utilização de recursos livres do Município - IPE Servidores)	114.265,48
(=) Aplicações em saúde com recursos próprios	11.688.574,96
(-) Despesas em saúde financiadas com recursos de aplicações ASPS	5.774,42
(-) Despesas em saúde não computadas para o cálculo de ASPS (aplicação via consórcio)	52.246,32
(=) Valor Total Aplicado	11.630.554,22
Mínimo de 15% das Receitas Resultantes de Impostos em ASPS (valor em %)	22,49%
Valor Aplicado Superior ao Valor Mínimo	3.872.796,36

Verifica-se, com base nos quadros apresentados acima, que o Município de Ibirubá atendeu aos índices mínimos de aplicação de recursos nas áreas de educação e saúde. Essa situação de regularidade pode ser evidenciada graficamente, confrontando-se os percentuais mínimos exigidos e os valores realizados pelo Município, conforme figura abaixo:

GRÁFICO 3 – DEMONSTRATIVO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS x VALORES APLICADOS EM 2017





RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

4. DESPESAS COM PESSOAL

A Lei Complementar 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, impôs aos entes da federação limites quanto aos gastos com pessoal. Para os municípios, o art. 19 da aludida norma estabelece que o limite para despesas com pessoal seja de, no máximo, 60% da receita corrente líquida (RCL). Deste montante, o Poder Executivo municipal está autorizado a gastar até 54% e o restante, de 6%, refere-se ao limite de gastos com pessoal do Poder Legislativo.

Durante o exercício de 2017, as despesas com pessoal do Poder Executivo do Município de Ibirubá, ajustadas em conformidade com as orientações e entendimentos esposados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, alcançaram o montante de **R\$ 25.849.545,82**. Para fins de apuração do percentual dos gastos realizados, devem ser somados a esse valor os dispêndios com pessoal ativo efetuados pelo Instituto Municipal de Previdência e Assistência dos Servidores de Ibirubá-IMPASI, que foi de **R\$ 102.270,27**, totalizando uma despesa de **R\$ 25.951.816,09**. No mesmo exercício, a receita corrente líquida do Município, também apurada conforme metodologia do TCE RS, foi de **R\$ 60.207.131,64**, o que produz um índice de despesas com pessoal de **43,10%**.

Cabe destacar que o índice apresentado foi calculado conforme metodologia do Tribunal de Contas do Estado – TCERS e que existe divergência com outros relatórios que utilizam a metodologia de cálculo conforme disposições da Secretaria do Tesouro Nacional-STN.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

5. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

Durante este ano a Administração Municipal deu seguimento à realização dos objetivos traçados ainda no Plano de Governo do ex-Prefeito Carlos Jandrey e materializados no Plano Plurianual (2013/2017). Nas áreas de educação (incluindo ações ligadas à cultura, turismo e desporto) e saúde foi investido, até 31 de dezembro, o valor de **R\$ 34.208.240,00** (trinta e quatro milhões, duzentos e oito mil e duzentos e quarenta reais). Na Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Habitação, os investimentos somam **R\$ 2.285.937,95** (dois milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).

A Administração Municipal manteve como prioridade a melhoria da infraestrutura de nosso Município, com investimentos e manutenções na área urbana e também no interior do Município. Em calçamentos, asfaltos e conservação de ruas, estradas e passeios públicos, foram investidos, aproximadamente, **R\$ 1.902.542,88** (um milhão, novecentos e dois mil, quinhentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Além desse valor, foram realizadas ações em manutenção e conservação de pontes, pontilhões e redes pluviais e cloacais existentes, no montante de **R\$ 527.740,69** (quinhentos e vinte e sete mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e nove centavos).

Também foram realizados importantes eventos durante o exercício de 2017. Em fevereiro, foi comemorado o **aniversário de 62 anos do Município de Ibirubá**, com a realização de shows e boa participação da comunidade local e regional. Em outubro, houve a realização da **11ª EXPOIBI**, em parceria com a ACISA – Associação Comercial, Industrial, Prestação de Serviços e Agropecuária de Ibirubá, gerando lazer e importantes negócios para os empreendedores locais. Ainda, durante o mês de dezembro, foi realizado o **Natal Show**, com participação de entidades assistenciais do Município, com diversas atrações artísticas e culturais.

A estrutura administrativa do Município está sendo constantemente melhorada, com a implantação de novas rotinas administrativas e utilização de ferramentas tecnológicas que permitem melhor controle e maior eficiência na utilização dos recursos públicos. Na área da saúde, com auxílio de recursos de convênio junto ao Governo Federal, o Município adquiriu e está adquirindo novos equipamentos de informática, os quais serão utilizados para melhor o controle sobre os processos da Secretaria e prestar um atendimento eficaz e mais eficiente à comunidade de Ibirubá.



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DO EXERCÍCIO 2017

Por fim, ressaltamos que as dificuldades econômicas pelas quais passa nosso país, desde o ano de 2014, influenciaram de forma negativa os resultados orçamentários e financeiros apurados pelo Município no exercício de 2017. Houve frustração na arrecadação de importantes receitas, como as transferências de Cota-Parte do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios. No entanto, com o contingenciamento de despesas e a alocação eficiente de recursos, foi possível manter uma situação de equilíbrio econômico e financeiro, considerando-se, neste caso, as disponibilidades financeiras e as obrigações existentes nesta data.

Ibirubá-RS, 31 de dezembro de 2017.

ASSINADO NO ORIGINAL

ABEL GRAVE

Prefeito Municipal

ASSINADO NO ORIGINAL

JAIR LUIZ SCORTEGAGNA

Secretário de Fazenda

ASSINADO NO ORIGINAL

EDER LUIS DONATO

Contador

CRC RS 084.102/O-7

ASSINADO NO ORIGINAL

VINÍCIUS FEISTEL VALÉRIO

Contador

CRC RS 078.637/O-4